

“Da multidisciplinaridade do estudo da linguagem à reformulação curricular dos cursos de Línguas e Literaturas Modernas”¹

Prof.^a Doutora Ana Maria Brito

Como docente da disciplina de Introdução aos Estudos Linguísticos, permitam-me que as minhas reflexões sobre os problemas que me propus tratar, relacionadas com a reformulação curricular, tenham como ponto de partida precisamente essa disciplina e a sua inserção nos cursos de Línguas e Literaturas Modernas.

A disciplina de Introdução aos Estudos Linguísticos, presente no 1º ano de todos os cursos de Línguas e Literaturas Modernas, tem um duplo objectivo: pensar a linguagem verbal como um fenómeno complexo, passível de múltiplas abordagens (daí existirem várias Ciências da Linguagem) e o de definir o espaço próprio de *uma* ciência, a Linguística, servindo de iniciação, necessariamente breve, às suas áreas centrais – a Fonética, a Fonologia, a Morfologia, a Sintaxe, a Semântica, a Pragmática, mas também ao estudo da aquisição e desenvolvimento da linguagem, da variação no espaço e no tempo e da problemática da construção de textos (literários e não literários).

¹ Tendo escrito este texto em Outubro de 1998, pude revê-lo em Fevereiro de 1999, dias depois de a Margarida Losa nos ter deixado. Além de uma grande amiga, perdi a companheira cúmplice, a colega inteligente, criativa, interveniente, aberta aos outros e ao mundo. Colaborámos estreitamente durante três anos no Conselho Pedagógico (1989-92), escrevemos mesmo a duas mãos alguns textos de reflexão; ao longo dos anos que durou a nossa bonita amizade (cerca de vinte e três) debatemos inúmeras vezes questões pedagógicas, a reestruturação dos nossos cursos, a vida da Faculdade. Sem as suas ideias, sem a sua presença, fico irremediavelmente mais pobre, mais sozinha. Sirvam estas breves palavras como uma homenagem à sua vida.

Na verdade, a Linguística é um domínio do saber que abrange diversas áreas, que tentam responder a inúmeras e difíceis perguntas: o que são os sons de uma língua e como se organizam? O que é uma palavra e como é que em cada língua se formam palavras? O que é uma frase? O que é o significado de uma palavra e de uma frase? O que é um texto? De que modo agimos socialmente através da linguagem? Como se processa a aquisição da linguagem? Que factores intervêm na evolução das línguas? Mas outras questões não menos interessantes se podem colocar: em que medida o que sabemos acerca do funcionamento das línguas é útil para o ensino da língua materna? E para o ensino de uma segunda língua? E de que modo os conhecimentos linguísticos influenciam a teoria e a prática da tradução?

Acresce ainda que a Linguística pode ser considerada, conforme o objecto de análise a privilegiar e a perspectiva teórica em que nos situemos, como uma disciplina no quadro das Ciências Sociais – se entendermos a produção linguística como uma praxis, necessariamente condicionada pelo social, pelo histórico, pelo político, mas também como uma disciplina no âmbito das Ciências da Cognição – se concebermos a linguagem na sua relação com a aquisição e a representação dos conhecimentos na mente.

A presença nos planos de estudos dos cursos de Línguas e Literaturas Modernas de disciplinas de Linguística justifica-se assim pelo interesse das matérias que nelas podemos debater; mas, além desta preocupação informativa, a Linguística tem inequivocamente um papel formativo, pelas metodologias utilizadas, de observação de dados, de procura de regularidades, de formulação de generalizações e, quando possível, de hipóteses explicativas.

Seria utópico pensar que no âmbito da disciplina de Introdução aos Estudos Linguísticos fosse possível discutir todas as questões acima equacionadas. Mas depois de uma disciplina propedêutica como esta, é natural que um estudante da Faculdade de Letras espere que algumas respostas lhe sejam fornecidas ao longo da sua formação.

Os planos de estudos dos cursos de Línguas e Literaturas Modernas com a componente de Português contemplam, desde há várias décadas, muitas das áreas da Linguística acima mencionadas. Se compararmos os nossos planos de estudo com os de faculdades similares de muitos outros países, como a França, a Inglaterra, a Alemanha, por exemplo, damos conta de que o papel da Linguística na formação dos estudantes das Faculdades de Letras portuguesas é até extremamente favorável; e não é por acaso que a comunidade linguística portuguesa, saída em grande parte desses cursos, é hoje relativamente numerosa e extremamente produtiva.

Mas se olharmos para outros cursos sem a componente de Português, vemos que a possibilidade de estudo de algumas das questões que acima enunciei é reduzida ou quase nula, pela acumulação de disciplinas de língua, literatura, cultura e na última década pela presença das disciplinas pedagógicas.

Quer dizer, é extremamente difícil a estudantes de vários cursos de Línguas e Literaturas Modernas escolherem, caso isso os interesse, um perfil predominantemente voltado para a Linguística. Como lhes é impossível frequentar disciplinas com as quais a Linguística tem relações interdisciplinares privilegiadas. Refiro-me, por exemplo, à Psicologia Cognitiva, à Filosofia da Linguagem, à Lógica, entre outras.

Várias alternativas se afiguram possíveis para modificar a actual situação: ou a criação de cursos mais especializados, solução que tem os seus custos, humanos, financeiros e outros, ou a flexibilização dos actuais planos de estudo, permitindo aos estudantes a escolha de perfis dominantes.

A solução que a Faculdade de Letras de Lisboa e a Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa escolheram, a criação de cursos de Linguística, ao lado de outros cursos de especialização, é uma solução possível, diria mesmo, a solução ideal. Na verdade, o progresso científico nalgumas áreas e o avanço de conhecimentos pode justificar, em determinados momentos históricos, a criação de cursos que em décadas anteriores podiam não ter razão de ser. Veja-se o caso das Ciências Físico-Químicas, hoje separadas em dois cursos distintos; outro exemplo: há algumas décadas existia um único curso, Historico-Filosóficas; actualmente, estão disponíveis cursos de História, de Filosofia, de Ciências do Património.

Mas há que ser realista: a falta de recursos humanos e financeiros, e a dificuldade de encontrar saídas profissionais para os linguistas de formação parecem tornar difícil, para já, uma tal opção. Por outro lado, a própria sociedade e por vezes os próprios linguistas ainda não compreenderam até que ponto um especialista desta disciplina pode intervir em questões ligadas ao ensino de línguas, quer ao ensino da língua materna quer ao ensino da língua segunda, à tradução, à produção textual em empresas, à produção de dicionários e gramáticas, em diversos tipos de projectos interdisciplinares como nas áreas da Linguística Computacional, da terapia da fala, das perdas patológicas da faculdade de linguagem, etc..

Sou por isso, e no momento actual, defensora de uma reformulação curricular dos cursos de Línguas e Literaturas Modernas na Faculdade de Letras do Porto no sentido de uma maior flexibilização, com um razoável número de disciplinas opcionais, leccionadas nesta Faculdade, ou mesmo noutras Faculdades,

com as quais seja possível estabelecer protocolos, e que permita aos estudantes definir os seus próprios perfis, com uma predominância ou literária ou linguística ou cultural ou mesmo com um maior peso das línguas, neste último caso reabilitando, de certa maneira, os velhos cursos de línguas românicas e de línguas germânicas.

Este tipo de reformulação curricular foi até certo ponto proposto no princípio dos anos 90 por uma equipa de professores de Línguas e Literaturas Modernas desta Faculdade à qual tive a honra de pertencer; mas tal proposta não foi implementada e, por que não dizê-lo, não foi bem aceite por alguns docentes que temem que uma maior flexibilidade na construção dos planos de estudo ponha em perigo a sua própria área de especialização. Nessa proposta previa-se a definição de prioridades, estabelecia-se para cada curso disciplinas obrigatórias e antevia-se o aconselhamento de determinados percursos, para evitar a construção de planos de estudo desajustados tanto do ponto de vista científico como do ponto de vista pedagógico. Continuo convencida de que essa proposta ia no caminho certo e que tinha virtualidades que valia a pena desenvolver.

Poderá pensar-se que uma tal orientação na reformulação curricular pode pôr em causa o papel de formação de professores do Ensino Básico e Secundário, que as Faculdades de Letras do país definiram como um dos seus objectivos principais, nos finais dos anos 80. A Faculdade de Letras do Porto não deve, na minha opinião, abdicar desse papel, assim como deve continuar a oferecer cursos alternativos como os de tradução, de Estudos Europeus, de Comunicação Social e ainda outros, talvez em moldes ainda mais selectivos e mais exigentes do que nos modelos actuais.

Assim, deverá discutir-se se o actual modelo, caracterizado por um tronco comum, seguido do Ramo Científico, Educacional ou de Tradução, é ainda a melhor hipótese ou se não será preferível a criação de licenciaturas mais flexíveis, como acima defendi, dando a possibilidade de o estudante definir o tipo de licenciatura que pretende.

Uma tal autonomia na definição de perfis dominantes pressupõe, evidentemente, não só uma avaliação dos recursos humanos e financeiros disponíveis em cada momento como uma articulação com o mundo do trabalho. A Faculdade de Letras do Porto, através dos órgãos competentes, tem obrigação de ponderar as consequências do estabelecimento de "numerus clausus" nos diferentes ramos ou cursos ou, pelo contrário, a total liberdade na inscrição. No início da implementação do Ramo Educacional, no final dos anos 80 e princípio dos anos 90, foram estabelecidos "numerus clausus" para entrada no Ramo

Educional, cabendo ao Conselho Pedagógico um papel importante nessa definição. Essa política de selecção foi-se alterando, quer através do aumento sucessivo dos números de acesso, quer através da decisão, em 1996, pela maioria do Conselho Científico, de permitir que todos os estudantes se inscrevessem no Ramo Educacional. Como já várias vezes afirmei, essa decisão foi um erro. Por diferentes razões: razões científicas, porque certas disciplinas do chamado Ramo Científico se esvaziaram; por razões práticas, porque essas medidas tiveram consequências gravíssimas pelo acentuado número de candidatos a estágio, chegando já ao ponto de ruptura nalgumas áreas, como foi denunciado recentemente num texto de responsáveis do acompanhamento dos estágios de Português. E porque se criou a ideia, perante a escola e perante a sociedade, que a formação de professores é a missão privilegiada das Faculdades de Letras.

O caminho escolhido pelas Faculdades de Letras do país de formação de professores dos Ensino Básico e Secundário não foi fácil; a situação é hoje ainda mais grave devido ao facto de as Escolas Superiores de Educação poderem formar professores do 3º ciclo do Ensino Básico. No final dos anos 80, foi uma opção razoável e realista, nas condições concretas do país. Continuo a pensar que a formação de professores deve ser um dos objectivos das Faculdades.

Mas as Faculdades de Letras não podem nunca esquecer o papel fundamental que lhes cabe de transmissão e de produção de conhecimento em domínios avançados do saber; de facto, as instituições universitárias são um dos espaços privilegiados para a investigação científica e a produção de saber. Por isso, a existência de licenciaturas mais ligadas ao mundo do trabalho não pode pôr em causa esses objectivos.

É neste difícil equilíbrio entre a intervenção imediata e a contribuição para o progresso científico que se joga o futuro da Universidade em geral e é tendo sempre presente esse duplo papel que qualquer reformulação curricular dos cursos da Faculdade de Letras do Porto deve ser equacionada.

